

VINTE E UM ANOS LEVERGERIANOS NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

VERA RANDAZZO

Quando cheguei em Cuiabá, com meu marido e filhas pequenas, após breve período em hotel, moramos na casa nº 1.045, que era alugada e estava situada á rua Barão de Melgaço, tendo como vizinho, o inesquecível e culto Dr. Humberto Marcilio Reinaldo, Interessei-me logo em saber quem era o nobre fidalgo homenageado de nossa bela rua.

E o nosso amável vizinho, não só falou-me sobre o ilustre bretão, como abriu-me as portas de sua vasta biblioteca, onde conheci os melhores escritores, poetas e historiadores Mato-grossenses.

Na época, o ilustre médico era diretor do Departamento da Instrução Pública, órgão da então Secretaria de Educação, Cultura e Saúde e também pertencia á Academia Mato-grossense de Letras, onde ocuparia a cadeira nº 17, cujo patrono é o Gal. João Severiano da Fonseca, autor do monumental obra "Viagem ao redor do Brasil."

Tive assim, no Dr. Humberto, um magnífico cicerone intelectual para embrenhar-me na gloriosa História de Mato Grosso, além de contar com a amizade de sua esposa, Dna Thereza. Tinham eles filhos da idade das nossas meninas e que além de brincarem juntos, foram matriculados na mesma Escola Modelo "Barão de Melgaço".

Anos depois, já funcionária pública do Estado (por concurso o que me envaidece sempre) e ocupando o cargo de Diretora do Arquivo Público de Mato Grosso, fui incumbida pelo meu chefe imediato, Dr. Carlos José Avelino de Souza Vieira, Secretário do Estado da Administração, de organizar uma Exposição para comemorar o primeiro centenário de morte do Barão de Melgaço, que ocorrera a 14 de janeiro de 1830.

Na época, o governador Dr. Frederico Carlos Soares Campos promoveu em todo o Estado, eventos para esta comemoração assim sendo, toda a equipe do APMT, dedicou-se à busca de documentos inéditos para a exposição que esteve exposta no salão nobre do Palácio Paiaguás.

Encontramos o primeiro relatório do Barão de Melgaço datado de 1831, encaminhado ao então presidente da Província de Mato Grosso, Dr. Antônio Corrêa da Costa, com a sua letra firme e um caderno ainda preso por um fino barbante, onde descreve sua viagem ao Paraguai e descrições dos rios e matas e mesmo costumes dos Fortes Paraguaiois e da população da região.

Agora, estamos comemorando com o mesmo entusiasmo, admiração e até mesmo com devoção, o bi-centenário do nascimento do Almirante, Augusto Leverger, Barão de Melgaço, nascimento esse ocorrido em Saint-Malô, na Bretanha, França, em 30 de janeiro de 1802, filho de Mathurin Leverger e Regina Joanna Marley.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, através do seu Presidente, Sr. João Carlos Vicente Ferreira, está lançando sua Revista anual em homenagem ao extraordinário francês.

Voltei ao Arquivo Público de Mato Grosso, de onde estou afastada, por aposentadoria, há doze anos, em busca de novos subsídios em documentos conhecidos ou inéditos, do Barão de Melgaço. Esse órgão da Secretaria de Estado da Administração está sendo administrado, com louvor pelo Historiador e Professor Clementino Nogueira de Souza, com ótimos profissionais especializados, alguns dos quais do meu tempo, os quais se desdoblaram em meu auxílio.

Entretanto, aqui vai um alerta: os documentos produzidos ou recebidos por Augusto Leverger, no período de meio século, ou seja, de 1830, quando aqui chegou, até 1880, quando faleceu, estão se deteriorando, sendo que alguns não deveriam sequer ser manuseados, mesmo que isso seja feito com o máximo cuidado e respeito.

Urge que tudo seja microfilmado e organizado sistematicamente, inclusive com "Guia das Fontes Documentais de Augusto Leverger", e levantamento de tudo o que existe sobre o Barão, seja no Brasil ou na Europa.

Faz-se necessário que o Governo proporcione verbas para esse inadiável "Projeto Barão de Melgaço", com vistas ao próximo tricentenário. Nossos pósteros merecem, conhecer o grande bretão melhor que nós.

OS VERDES ANOS DO BARÃO

Augusto João Manoel Leverger, Barão de Melgaço, nasceu em Saint Malô, cidade pesqueira da Bretanha, Província francesa, a 30 de Janeiro de 1801, filho de Marthurin Miguel Leverger e Regina Joana Marley.

Sendo seu pai, Capitão dum navio mercante, acompanha-o com apenas 17 anos, em uma viagem a América do Sul, tendo como ponto final Montevideú.

Em 1820, já como piloto, embarca na escuna Angélica e dessa para a General Lecor, onde faz observações hidrográficas no estuário platino.

Em 1824, é promovido a segundo-tenente, recebendo os galões nessa embarcação que estava sob a bandeira imperial. Pedira Leverger, sua admissão à Armada Nacional, em requerimento de 25 de Outubro de 1824.

Defendendo os interesses brasileiros na questão cisplatina, envolve-se em longa luta no bloqueio do Rio Prata que durou quase três anos, destacando-se nessa ocasião como valoroso e brilhante militar.

Abraça em seguida a causa da Independência, conquistando dessa forma, imorredoura gratidão da Corte, que, aliada á vida exemplar e a sua qualidade inata de condutor de homens, levam o altivo marinheiro francês a ser considerado pela posteridade como um dos mais ilustres homens de Mato Grosso e do Segundo Império.

MISSÃO ESPECIAL

Depois de servir nas fragatas Nicteroy, Pedro I e Príncipe Imperial e já ostentando os galões de 1º tenente por "ato de bravura e especial distinção em repetidos encontros" segundo o seu biógrafo, o Visconde de Taunay, recebè o comando da bombardeira Dezenove de Outubro, onde luta com denodo pela causa brasileira. Seus efeitos são transmitidos à Corte e seu nome começa a ser conhecido e admirado.

Assim sendo, quando o Governo Imperial quer pôr em prática, um plano de defesa dos rios do Baixo Paraguai, plano esse que vinha sendo preconizado por vários governantes do tempo da ainda Capitania de Mato Grosso, a pessoa escolhida é justamente o bretão Augusto Leverger

que tem assim, sem esperar, seu destino traçado, longe do mar em que nascera e passara a maior parte de sua juventude, numa província longínqua, onde imperavam os costumes simples, na calma e tranqüila cidade de cerca de seis mil habitantes, localizada no centro da América do Sul `a margem esquerda do rio Cuiabá.

A comissão de que foi encarregado Leverger, pelo Ministro dos Negócios da Marinha, em 15 de Outubro de 1829, referia-se ao aparelhamento de uma frotilha de barcas dos rios do baixo Paraguai.

A VIAGEM DO JOVEM TENENTE FRANCÊS

Era no inicio do tempo das águas, a 23 de Novembro de 1830, quando o 1º Tenente Augusto Leverger chega ao Porto Geral de Cuiabá, tendo iniciado a sua viagem fluvial de Porto Feliz, outrora Araritaguaba, com uma expedição de 3 canoas, essas que aproveitaria nos inúmeros trabalhos que publicaria referente a corografia de Mato Grosso.

Sobre o Rio São Lourenço, antigamente chamado Porrudos, e o Rio Cuiabá, comentou Leverger mais tarde:

"A importância da navegação deste rio e do seu principal afluente, o Cuiabá, evidencia-se pelo fato de, como já disse, achar-se aglomerada, em um pequeno espaço de terreno, entre o mesmo rio e o Paraguai, a quase totalidade da população civilizada da Província".

"A navegação do Cuiabá dificulta-se pela excessiva sinuosidade do seu curso, e pela pouca largura e pouco fundo em diversas paragens. Trinta e três léguas acima da barra, está a ponta inferior da ilha de Pirahim, cujos canais da direita e da esquerda, num desenvolvimento de 20 léguas, são igualmente navegáveis".

"Do Pirahim para cima, até a cidade de Cuiabá, distante 24 léguas, as voltas do rio são menos repetidas, e maior é a largura; mas o fundo é cada vez menor, de sorte que, durante parte do ano, embarcações que demandam 4 palmos de água, vêm-se obrigadas a parar em distância de 8, 10 e mais léguas da cidade".

DIFICULDADES DOS PRIMEIROS TEMPOS EM CUIABÁ

Com ordens da Corte para permanecer na Província Leverger, teve assim tempo para conhecer os costumes e os encantos de Cuiabá, embora de início lhe fosse difícil até receber seus vencimentos, pois a Repartição pagadora desconfiada não o pagou, e nem ao seu auxiliar o Mestre Manoel Joaquim Roiz, fazendo com que o próprio Presidente

mandasse ao Ministro Conde de Rio Pardo com data de 5 de fevereiro de 1831 o seguinte ofício: "Tendo a honra de levar ao conhecimento de V. S. o incluso requerimento e documentos de Augusto Leverger, 1º Tenente da Armada Nacional e Imperial, o Comandante das Barcas Canhoneiras desta Província, e Manoel Joaquim Roiz, Mestre encarregado do aparelho da mesma, que pedem a Sua Majestade a graça de mandar declarar a Junta da Fazenda os seus vencimentos de rações diárias, nos quatro artigos indicados no mesmo requerimento, posto que a representação dos suplicantes parecesse justa ante a Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Pública, no pedido que fez", "todavia", ela denegou-se deste deferimento por lhe faltarem Leis relativas a Marinha, como se deduz dos mesmos documentos juntos, e possa dar disto conta a Sua Majestade por intervenção do Exmo. Ministro e Secretário de Estado da Repartição competente e porque não ficasse totalmente privado o Mestre encarregado do aparelho e seus vencimentos se lhe mandou abonar a ração de Etapa que equivale a de um oficial inferior de sua graduação até que S.M.J. decida sobre os vencimentos que lhe são devidos".

Mas no fim desse mesmo ano, a Secretaria do Governo recebe um aviso com data de 1º de dezembro, enviado por Joaquim José Rodrigues Torres, que muito bem definia o conceito que o Tenente Augusto Leverger, desfrutava na Corte entre as mais altas autoridades do novo Império: "A Regência, em nome do Imperador, conformando-se com a opinião da Comissão encarregada do exame dos Documentos Officiais da Armada, sobre quem há dúvida de serem Citados Brasileiros, ou de se acharem compreendidos em alguma das excepções do Art. 4 da Carta de lei de 25 de novembro do ano passado: Há por bem que o 1º Tenente da dita Armada, Augusto Leverger, atualmente aí empregado, continue no exercício do seu Posto, e na percepção dos respectivos vencimentos, visto provar que colaborou na luta da Independência, e estar por tanto incluindo em uma das mencionadas excepções. O que participo a V. Ex. para sua inteligência".

Não foi porém o bastante, embora não se deva esquecer que a Província de Gato Grosso, estava assolada por clima de desconfiança e intrigas. Com relação aos estrangeiros em geral, embora fosse dirigida principalmente aos portugueses e assim, não é de se estranhar, que a figura esguia do culto francês e a sua pronuncia bretã tenham inspirado, nesses seus primeiros anos, algumas dúvidas tanto que não obstante o ofício citado, o Presidente Antonio Correa da Costa, em 4 de janeiro de 1832, dá-se ao trabalho de escrever ao Ministro da Secretaria de Estado

dos Negócios do Império, Dr. José Limo dos Santos Coutinho, pedindo instruções e informando-o que: "Para dar plena execução ao que se ordena em Portaria, de 18 de agosto de 1831, expedido por V. Exa. sobre a investigação da naturalidade dos estrangeiros dos diferentes Empregados nesta Província em diversos lugares públicos para que os despeça, preenchendo os lugares assim vagos com os cidadãos Brasileiros, natos, adotivos ou naturalizados, sem todavia, entrarem neste número aqueles oficiais Estrangeiros do Exército e Marinha que, segundo a Lei da Fixação das forças de 25 de novembro, devem ficar a serviço e achando-se nesta Província o 1º Tenente da Armada Nacional Augusto Leverger, a cargo de quem está a direção dos Barcos mandados aqui construir, a ele expedi a Portaria das cópias inclusas para mostrar autenticamente a seu respeito, o disposto no artigo 4º da citada Lei e me respondeu com o ofício que também tenho a honra de incluir e levar ao conhecimento de V. Exa. para que haja de elucidar-me á vista das razões apresentadas pelo referido Tenente, se ele deve ser ou não compreendido na exceção daquele artigo 4º".

A resposta do Ministro Imperial, escrita no Palácio do Rio de Janeiro, a 16 de março do mesmo ano, ao mandatário mato-grossense, fez morrer de uma vez quaisquer desconfianças e era vazada nestes exatos temas: Em resposta ao ofício de V. Exia. De 04.01.832 em que solicita esclarecimento sobre a continuação do Tenente da Armada Augusto Leverger, no Serviço Nacional: Cumpre-me declarar a V. Exº. que por Aviso do 1º de dezembro do ano passado expedido pela Repartição dos Negócios da Marinha, já se participou a V. Exia. que o dito Oficial deve continuar no exercício do seu Posto, e na percepção dos respectivos vencimentos, visto ter aprovado que colaborou na luta da independência, e estar por tanto incluindo em uma das exceções da Carta da Lei nº 25, de novembro de 1831".

AS BARCAS CANHONEIRAS

Em 2 de Agosto de 1831, Augusto Leverger, atendendo uma Portaria do Presidente da Província Antonio Corrêa da Costa, assinada no dia anterior, presta-lhe informações, a respeito das Barcas Canhoneiras, informações que mais detalhadas tinha já enviado ao Ministério da Marinha em 5 de dezembro de 1830, poucos dias depois de chegar, a 6 de janeiro e 6 de maio desse ano.

Informa-o assim, que as Barcas são duas, sendo que uma não saiu ainda do estaleiro e que medem 57 palmos de comprimento, 15 de

largura e 7 de frontal (comp. 12 m 54, largura 3 m 30 de frontal 1 m 54 cm) e que lhe faltam a calafetação e alguma ferragem, que estão ainda fazendo.

Diz que são ambas fortes, solidamente construídas e iguais às lanchas dos navios nacionais e já tinham prontos, 16 remos e 3 mastros. Estavam também fazendo para as mesmas 4 vergas.

Entretanto comunica que não havia mais no Arsenal, material para continuar a construção e muito menos para aparelhar e pôr em estado de serviço ativo, as ditas Barcas Canhoneiras, e comunica que,

"... em dezembro próximo passado, remeti ao antecessor de Vossa Excelência uma relação dos objetos preciosos, baseada sobre a mais restrita economia que combina com o que exige a natureza da navegação em rios estreitos e sinuosos onde o uso das velas não é senão accidental; julguei pois que a armação mais conveniente era um só mastro com uma vela latina, para este aparelho pouco se precisa e o que mais avulta a supra mencionada relação é, alcatrão, tintas, amarras, fateixas e outros objetos indispensáveis para a conservação das embarcações". "por determinação do mesmo antecessor de Vossa Excelência (Vice Presidente André Gaudie Ley) mandei fazer alguns cabos de couro e de linho e uma vela de pano de algodão, na intenção de exercitar algumas praças no uso e manobra de remos, velas, etc."

Não tendo encontrado no Arsenal da Marinha, petrechos de guerra algum, além duma velha caronada, diz que não pode também informar de forma correta, sobre as obras do carpinteiro e ferreiro, necessárias para o arranjo interior das embarcações, assim como paioes, caixões de armas, carretas, etc., pois que tais obras dependem da natureza, do armamento, do número das peças que compuserem a guarnição e do serviço a que forem destinadas.

Dá o número de funcionários daquela Repartição que, além dele, conta com 1 oficial marinheiro, 1 mestre construtor, 1 oficial do ponto, 2 carpinteiros, 1 calafete, 5 aprendizes e mais 4 praças encarregados de fazer o carvão para o trem.

Receando sair dos limites da informação exigida, diz: não se atrever a pedir algumas alterações para que tenha eficaz aplicação, a quantia consignada pela Lei do Orçamento, mas observa que os operários do Arsenal são muito freqüentemente distraídos do trabalho das Barcas para outras do serviço Público, donde provém, em parte, a lentidão na construção e conclusão das Barcas canhoneiras.

VIAGEM AO FORTE OLIMPO

Era o Paraguai, uma República governada pelo Dr. Francia, homem de grande cultura, e que integrava o governo do seu país desde sua independência em 1811. Três anos mais tarde elegeu-se ditador, permanecendo no poder até 1840, ano em que morreu. Governava de modo paternalista, controlando tudo nas mãos e conservando as fronteiras fechadas, sem nunca corresponder aos gestos de amizade que os brasileiros faziam, desejosos de incrementar a navegação pelos rios comuns e iniciarem intercâmbio comercial, vantajoso principalmente para Mato Grosso, província tão isolada.

Acontece que tendo chegado a Cuiabá a notícia de que El Ditador Supremo falecera, Estevão Ribeiro de Resende, Presidente da Província de Mato Grosso, resolveu mandar Augusto Leverger, em uma missão especial, que seria aprovada pelo Governo Imperial, desejoso também de estabelecer laços de amizade mútua com o país irmão: iria apresentar condolências pela infausta notícia.

Entretanto, tal notícia era infundada, mas Augusto Leverger, transformou a viagem num reconhecimento perfeito das fronteiras e em seu contato com os paraguaios demonstraram de forma inequívoca suas qualidades de diplomata. Merece ser transcrito o relatório que enviou ao Sr. Estevão Ribeiro de Resende, a 16 de maio de 1839, escrita a bordo da Barca Vinte e Dois de Abril, já ancorada em frente ao Arsenal da Marinha.

"Por meu ofício de Albuquerque, 29 de março, tive a honra de participar a V. Excia. que estava de regresso do Forte de Olimpo; agora venho, como me cumpre, relatar a V. Excia. as circunstâncias de minha viagem".

"Em observância da ordem de V. Excia. Saí do Porto desta Cidade na Barca "Vinte e Dois de Abril", no dia 21 de fevereiro; pela manhã do dia 6 de março, cheguei defronte de Albuquerque, onde demorei-me 4 dias na diligência de obter as varas de que carecia para a torna-viagem, e apenas pude conseguir algumas poucas e de dimensões muito inferiores para o serviço da Barca. No dia 12 passei pela Fortaleza de Coimbra, onde tomei uma canoinha com 3 praças que, em vista de requisição minha, o Comandante da Fronteira, mandava pôr a minha disposição. Pela tarde do dia 14 cheguei a vista do Forte de Olimpo; fundeei em distância de um quarto de léguas e pelo Sargento Róis, dirigi ao Comandante a seguinte comunicação":

"O abaixo assinado, Capitão Tenente da Armada Imperial Brasileira e

Comandante das Barcas Canhoneiras da Província de Mato Grosso, tem a honra de saudar ao Ilmo. Sr. Comandante do Forte de Olimpo e comunicar-lhe que vem com ofícios do Presidente da mesma Província para o Supremo Governo da República Governo do Paraguai, acerca da entrega dos quais deseja conferenciar com o Ilmo. Sr. Comandante e portanto pede lhe seja permitido chegar ao Forte; e quando o ingresso deste lhe seja vedado e o Ilmo. Sr. Comandante não se digne honrar esta Barca com sua presença, roga-se-lhe designar lugar e hora em que possa verificar a dita conferência".

"Outrossim, o abaixo assinado propõe-se salvar esse Forte, contando que a Bandeira do Império seja correspondente com iguais números de tiros".

"O abaixo assinado preza muito ter esta ocasião de conhecer pessoalmente o Ilmo. Sr. Comandante e dirigir-lhe de viva voz, as expressões da sua mais distinta e respeitosa consideração".

"O portador voltou sem demora com a resposta verbal de que podia chegar; conveio-se que a salva fosse de três tiros. O Forte não tinha bandeira arvorada, mas na ocasião da salva, ergueram na mão, acima do parapeito, uma pequena bandeira tricolor identificada com a Francesa, permutando as cores encarnada e azul".

"Fundeadada a Barca em Olimpo, desembarquei e fui ao Forte onde fui acolhido pelo Comandante D. José Mariano Valdez. Expus que, em cumprimento das ordens de V. Excia, pretendia, a não haver oposição, seguir para a Capital da República e entregar pessoalmente os ofícios de que era portador. Disse-me que, havendo, há pouco, tomada conta do comando do Forte, queria examinar as ordens que existem acerca do que lhe pedia, e que no dia seguinte dar-me-ia resposta definitiva. Demorei-me aí algum tempo, e pela conversação que tive com o comandante e outras pessoas, certifiquei-me de que era falsa a notícia da morte do Dr. Francia, notícias que aliás nem levemente lhes deixei entrever tivesse chegado ao nosso conhecimento".

"Desde então, poucas esperanças me restaram de chegar a Assunção; e efetivamente, no dia seguinte, o Comandante me disse que a vista das suas ordens e instruções, ele não podia nem sequer receber os ofícios de V. Excia. sem previa autorização do seu Governo; porém que pela primeira ocasião (em abril) daria de tudo parte, e que daí a dois meses (junho) eu podia vir saber da decisão".

"Se me cingisse estritamente às instruções escritas de V. Excia, deveria aceitar esta proposição; porém moralmente convencido de que o Dr. Francia ainda governava aquele país, sendo que em todos os casos,

eram as mesmíssimas que de antes, as disposições do governo a respeito de suas relações com esta Província, e ponderando o que V. Excia. me dissera sobre o fim principal, ou antes real desta viagem, julguei tão inútil como pouco decoroso, pedir e esperar licença para fazer um mero ato de cortesia, havendo toda a possibilidade de que a resposta seria uma denegação. Respondi pois, que a minha comissão era levar ao Governo os cumprimentos de V. Excia. e a comunicação de haver V. Excia. tomada posse da Presidência da Província e ter sido eleito Regente do Império, o Exmo. Sr. Pedro de Araújo Lima, que porém, visto o impedimento que havia e a dilatada demora, que se fazia mister, para saber da decisão do Governo não podia esperar, e por tanto pretendia regressar imediatamente para essa Província. Com efeito, pela tarde do mesmo dia, despedi-me e principiei a navegar rio acima".

No dia 30 veio o Chefe de Polícia, trazendo a resposta do ofício de V. Excia e o meu passaporte, significando ao mesmo tempo por recomendação especial do Governo, que não considerasse de modo algum como despedida a entrega desses papéis e que me demorasse todo o tempo que me aprovasse. Agradei, mas não mudei de intenção; pois nenhuma utilidade, mas sim inconveniente resultaria da minha demora exceder, sem motivo plausível, o tempo preciso para o desempenho de minha comissão. Acrescia também, uma circunstância que me fazia desejar abreviar o mais possível a minha residência em Assunção: as bexigas estavam fazendo bastante estrago: a exceção de mim e dos meus escravos, nenhum dos indivíduos da minha comitiva era vacinado e se o contágio os infestasse, ter-me-ia visto em grande embarço, particularmente em um país onde a vacina é conhecida mas não praticada e onde não se acha assistência medica.

Pronta a canoa, foi-me entregue e fixei para a minha saída o dia 4 de dezembro. No dia 2, fui despedir-me do Governo. Estava só o Primeiro Cônsul e que me acolheu ainda com mais afabilidade e com mais lhanesa do que a primeira vez. A conversação que tive com ele durou mais de duas horas e dos pormenores dela farei ciente a V. Excia. em outro ofício. Achou prematura a minha saída que devia deferi-la ao menos até melhorar o tempo que estava bastante chuvoso. Disse mais, que o Capitão do Porto lhe informara, que minha canoa era incapaz de fazer tão longa viagem e que portanto era o seu desejo que não seguisse nela, mais sim em uma canoa grande de táboas que para esse fim havia mandado regressar de uma diligência em que estava empregada. Repetiu-me, por várias vezes, com instancias esse oferecimento que agradei sem aceitar, insistiu porém em que a dita canoa me acompanhasse pelo

menos até a Vila da Conceição, a fim de que lançasse mão dela, se preciso fosse, e ordenou que se declarasse isto expressamente em novo passaporte que mandou expedir-me.

No dia 4, soprou o vento do Norte com muita força e não pude sair como projetara; foi, porém, o último dia que passei em Assunção. Caberia aqui referir as poucas e incompletas informações políticas e comerciais que pude colher durante a minha curta residência naquela Capital; julguei, porém mais conveniente, fazê-lo em ofício separado que com esta mesma data e sob o nº 5 e 6 tenho a honra de dirigir a V. Excia. E quanto a notícias topográficas (isto é do rio e das suas margens que é tudo o que vi), nisto, o preceito de V. Excia. combina-se com a natural inclinação e antigo hábito ou por ventura, mania que tenho de fazer itinerário e remeterei a V. Excia. o meu pequeno e imperfeito trabalho logo que tiver tempo de coordenar e pôr a limpo os apontamentos que tomei. Saí pelas 9 horas da manhã do dia 5 acompanhado da canoa de tábuas de que acima falei, tripulada com 7 praças que me serviram de guias. No dia 12, cheguei á Vila da Conceição, onde fui visitado e obsequiado por muitas pessoas e particularmente, por dois portugueses Antônio Teixeira e Francisco Maurício, ambos estabelecido aí com negócio há mais de vinte anos. O primeiro hospedou-me nas poucas horas que passei naquela vila tanto na descida como na subida. O outro deu-me quando desci, uma carta para que se pusesse a minha disposição uma casa mobiliada que possui na Capital; obséquio de que não foi preciso valer-me, mas nem por isso agradei menos. Ao amanhecer do dia 13 segui para a Vila de Salvador, onde cheguei a 15, recebi do Comandante o mesmo acolhimento que já recebera não só dele como de todas as autoridades com quem tive relações. Falhei no dia 16 para dar tempo de aprontar-se carne seca. Neste mesmo dia chegou um expresso enviado por terra pelo Governo (com ordem ao Comandante de expedir uma canoa em meu alcance se já tivesse passado) trazendo-me a resposta a uma carta que me dera o Exmo. Revdo. Bispo desta Diocese para o Vigário Geral de Assunção, resposta que não pude receber ante minha saída da Capital.

INSPEÇÃO DO ARSENAL DA MARINHA

O Capitão Tenente Leverger, volta a ocupar suas funções no Arsenal da Marinha e é com o mesmo zelo do diplomata que apresenta, a 6 de junho de 1839, seu primeiro relatório ao Presidente Dr. Estevão Resende, Conde de Valença, sobre as atividades, despesas e outras ocorrências

daquele estabelecimento militar, seguido de mais 11 no espaço de 6 meses.

Precisa de madeira que só obtém com bastante vagar o dispêndio em razão da escassez delas, da dificuldade e custo do seu transporte à beira do rio e da falta de assiduidade dos trabalhadores e não vê como remover esses inconvenientes, pois no mercado, não aparecem madeiras fortes que só servem para o Arsenal da Marinha e não acha particular que queira, encarregar-se de tais fornecimentos e necessita de operários e há falta de dinheiro, o que ocasiona lentidão no serviço e por isso pede a autorização para engajar algum oficial ou aprendiz de carpinteiro ou calafate que por acaso possa se apresentar e dizia por acaso, pois havia falta absoluta de quem quisesse se dedicar a este gênero de trabalho, tendo constatado que em 252 dias úteis, fizeram apenas 982 serviços de carpinteiro, 160 calafate e 242 de aprendiz.

Diz, que há urgente necessidade de consertar os armazéns do Porto, para se poder convenientemente arrecadar neles os objetos pertencentes à Marinha e que deve ser construída uma pequena Secretaria para o arquivo e expediente que atualmente está no Arsenal da Guerra o que é inconveniente devido à distância que separa os dois estabelecimentos.

Sobre a útil obra do Cais que Rezende projetara mandar construir, informa que se faz cada ano mais necessário por causa do desmoronamento do barranco do rio nas grandes cheias o que se estaria ocupando na busca de dados acerca dos serviços e materiais para esse fim.

Informa-se, e informa de tudo, dando notícias de 24 caixões bem pregados e chapeados com virola de ferro, mandados para a Província pelo Arsenal da Marinha da Corte em 1831, ou seja, 7 anos antes pela Vila de Porto Feliz, onde ficaram, juntamente com outros artigos bélicos, sem nenhum cuidado, durante muito tempo, jogados numa casa daquela vila, para então, numa viagem fluvial que durou 15 meses, em canoas sem proteção alguma, foram trazidos a Cuiabá, pelo negociador Antônio Peixoto de Azevedo. Chegaram todos estragados, inclusive papel almaço, livros, quatro bandeiras e cinco peças de filele de lã próprio para sinal. Diz que até os artigos de metal estavam de tal modo oxidados que estavam quase sem serventia.

Como está para chegar uma segunda remessa, desta vez, aos cuidados de Antônio José do Couto, também negociante que entretanto recebeu a entrega no Arsenal do Rio de Janeiro, espera maior cautela e que chegue em bom estado, não obstante recear algum sinistro no percurso de Porto Feliz até Cuiabá, viagem longa e perigosa.

Julgou muito elevado a quantia de 10\$000 pelo frete de cada arroba, e diz ser muito menos arriscado, mais barato e mais rápida, a remessa dos ditos gêneros conduzidos em bestas por terra.

Mas a 3 de dezembro, estão concluídas as obras e Leverger entrega os armazéns e a Secretaria para o expediente e o Arquivo ao Arsenal da Marinha, embora faltassem pequenas obras como, rebocar a varanda interior, acabar de calçar o exterior e fazer algumas prateleiras e participa, que já pode ser mandada para a varanda do Armazém, a guarda que o Presidente pretendia estabelecer no Porto.

Eis a despesa feita com os materiais e os serviços efetuados:

1 cumieira:.....	4\$800
(quatro mil e oitocentos reis)	
3 esteios:.....	3\$600
1 linha:.....	3\$000
34 taboas de cedro:.....	30\$600
2 pranchões:.....	8\$000
78 caibros:.....	21\$900
104 ripas:.....	23\$400
4 jogos de portais:.....	6\$000
7 pregos de 7 polegadas:.....	1\$160
462 pregos de Batel:.....	4\$158
250 pregos pequenos:.....	16\$875
612 pregos de ferro:.....	7\$344
1 milheiro de telhas:.....	21\$600
2 milheiros de tijolos:.....	43\$200
5 alqueires de cal:.....	43\$200
4 alqueires de tabatinga:.....	3\$375
5 carradas de areia:.....	3\$000
3 couro cru:.....	1\$200
cores para pintar:.....	5\$480
Serviços de carpinteiro:.....	174\$450
Serviços de pedreiro:.....	93\$375
Serviço de servente:.....	86\$820
Serviço de pintor:.....	5\$000

O total das despesas efetuadas importou em 583\$747 e havia sido consignado para esse fim 613\$800 no orçamento provincial para

1839, havendo portanto uma economia de 30\$053.

"Estou bastante satisfeito da Guarnição em Geral, os soldados de que se compõe são idôneos para esta navegação, e encolhê-los-ia quase todos para formar a tripulação definitiva das Barcas; fora porém da minha, para lhes dar a conveniente instrução e disciplina, que considerassem o serviço das mesmas, e este fosse realmente, a sua principal senão exclusiva ocupação. Talvez isto se pudesse conseguir, destacando do Corpo de Ligeiros para a Marinha a Companhia de Marinheiros, se ela fosse composta como indica a sua denominação; porém duvido que assim seja: por quanto, de 15 soldados que estavam comigo, igualmente aptos para a navegação fluvial, um só era dessa companhia, os outros pertenciam ás de Caçadores e Artilharia".

"Felicito-me de, nas vésperas da saída, haver engajado José Simplicio, único marinheiro que me consta existir por aqui, me foi muito útil não só na qualidade de marinheiro, como na de fiel para tratar do asseio dos utensílios da barca e da artilharia; desejo se V. Excia o aprovar, conservá-lo empregado nesta Repartição".

"Não terminarei este ofício sem recomendar a V. Excia, o meu piloto ou práctico, o Furriel Graduado Bonifácio Ferreira da Silva. Este velho militar que conta mais de quarenta anos de serviço, não tem outro vencimento senão o mesquinho saldo e etape de cabo de esquadra; é bom práctico e serviu muito ao meu contento; rogo portanto a V. Excia se digne mandar lhe abonar por esta viagem, alguma pequena gratificação de que ele é muito merecedor".

"Esquecia-me participar a V. Excia. que havendo desertado um praça, no dia da saída deste Porto, requisitei ao Comandante da Fronteira que deixasse ficar a bordo um dos soldados que eu levaria presos para aquele Porto, escolhi um, de nome Faustino, cuidando que, como depois me diziam, era carpinteiro; enganei-me, é ele péssimo Carpinteiro, porém, pelo mais, o seu comportamento até hoje, tem sido muito regular".

RELATÓRIO DE LEVERGER

Esta descrição que o Presidente Ribeiro de Resende, recebe é um verdadeiro retrato da personalidade de Leverger, deixando transparecer o homem bom que não esquecia seus subordinados, pedindo-lhes melhores proventos, mostrando que com eles conversava, inteirando-se de suas vidas e dificuldades. Mesmo quando são mentirosos e lerdos, é justo e apontando-lhes o erro, não esquece suas qualidades. Ademais, mostra quão arguto é com suas observações, colhendo dados sócio-

econômicos, militares, históricos e geográficos que lhe valeriam muito em situações delicadíssimas que infelizmente apareceriam mais tarde.

Revela também suas qualidades de diplomata nessa missão planejada na Província, adiantando-se mesmo ao Governo Imperial, de quem entretanto receberia a aprovação, comprovada mediante sua nomeação como Cônsul Geral do Império na república do Paraguai.

É este relatório de Leverger, na época com 37 anos, escrito em papel de formato um pouco menor que o habitualmente usado na época e está sob a custódia do Arquivo Público de Mato Grosso, fazendo parte da documentação da Secretaria do Governo Provincial.

Escrevia o Barão de Melgaço sem rebuscamentos inúteis, apresentando uma letra firme, levemente inclinada á direita, deixando uma boa margem á esquerda e nenhuma do outro lado. Assinava sempre bem abaixo das últimas linhas, e seu nome, no qual imprimia um acentuado traço no t de Augusto, ficava destacado, embora não de forma ostensiva. Sua letra e sua assinatura não apresentam modificações nos 50 anos que passou em Mato Grosso.

O FORTE DE OLIMPO

"O Forte de Olimpo está edificado sobre uma pequena colina, próxima a dois morros de mediana elevação, na margem direita do Rio Paraguai, que neste lugar tem de 80 a 100 braças de largura. As muralhas são de grez ou pedras de amolar que aí abundam; essa altura é de 2 a 3 braças e sua grossura 3 a 4 palmos; não tem fosso e estão construídas sem talude algum; formam um quadrado cujo lado é de 25 a 30 braças, havendo em cada ângulo um bastão circular de 2 a 3 braças de diâmetro, com três canhoneiras. A artilharia consiste em 4 peças de ferro que julgo de calibre 6, mas certamente inferior a 12; uma delas pareceu-me inutilizada; as outras estão aparentemente em sofrível estado e bem assim os seus reparos. Cada uma delas tem um rancho coberto de capim que a abriga do sol e da chuva".

Os edifícios do interior são de madeira e de telhado de palha, a exceção da casa de pólvora que é coberta de telha. Todas parecem estar em bom estado. A guarnição compõe-se de 55 a 60 praças, quase todos homens robustos e de 25 a 40 anos de idade; bem que não haja nada elegante no seu traje, todavia são descentes e uniformemente vestidos. Perto do Forte há uma pequena roça, onde cultivam algum milho, mandioca, cana etc, porém são supridos de mantimentos por barcos que de dois em dois meses o trazem da vila da Conceição (outro

da Vila Real); estas embarcações andam só a vela a espia; gastam na subida de 8 a 30 dias e 3 a 15 na descida.

"Fui tratado, por todas as pessoas com quem me relacionei, com demonstrações não tanto de urbanidade como de cordialidade franca e lhana; porém pouca informação pude colher, em razão do brevíssimo tempo que aí me demorei, da descrição que devia ter nas minhas perguntas, e enfim da falta de quem as satisfizessem: o Comandante é um ancião de ilustração menos que medíocre, e mesmo pouco conhecedor de causas, aliás bem vulgares, das estatísticas do seu país. Não posso crer que a sua reserva fosse estudada; por quanto não só deixava os assistentes livremente conversar comigo na sua presença, como que ele mesmo indagava deles a solução de qualquer pergunta que eu lhe fazia e a que não podia responder. O idioma de que se servem atualmente é o guarani, porém muitos falam a língua espanhola mais ou menos corretamente. O que pude coligir deles foi: que o país estava tranqüilo - que sua população ia, em aumento - que várias povoações, máxime, a cidade de Assunção, havia muito aumento e". aformoseado;- que a força militar efetiva, debaixo de armas e empregada em destacamentos, guarnições, polícia, etc; era de dez mil homens e que podia ser elevada a trinta mil, chamando ao serviço soldados já destros que foram dispensados, e enfim que, contando com as milícias, esta força chegava a cento e vinte mil homens - que no país cultivava-se com sucesso o algodão, o fumo, a cana de açúcar, - que o mantimento com o arroz, milho, trigo, feijão, ervilhas etc, abundavam e bem assim gado de todas as espécies - que havia fábricas de pano de algodão, mas não de lã; - que o único comércio que tinha com outras nações é com o porto limítrofe da Província de São Paulo e com as Missões".

"Não foram poucos os louvares ao seu Ditador: exaltaram as suas excelentes qualidades, a vastidão e firmeza do seu espírito, a imparcial retidão da sua administração e a simplicidade dos seus costumes na vida privada".

"A profunda veneração que patenteiam por ele, pareceu-me filha muito menos do terror que incute um tirano, do que da estima e do respeito que geralmente inspiram os homens superiores".

"Não divisei neles o menor sinal dessa desafeição nacional que demasiadas vezes sobrevive a política que faz nascer: pelo contrário, mostraram-se cheios de boa disposição para com os Brasileiros e desejosos de que se renovassem as relações que outrora existiam entre os dois países". O Comandante tocou levemente na causa de cessação dessas relações, procurando atribui-la a depredações,

cometidas no Paraguai, por índios que achavam apoio na nossa fronteira. Respondi-lhe que a época a que se referia, sendo anterior à minha residência na Província, ignorava esses fatos, e que a este respeito nada lhe podia dizer oficialmente; porém que era a minha privada e íntima convicção que tanto o Governo Imperial como o da Província tinham muito a peito prevenir semelhantes ocorrências, e reprimi-las se, o que não era provável, tal acontecesse.

"A respeito do boato que aqui correu de estar a guarnição do Forte em paz com os Índios Mayás e que nós chamamos Caduyeos, disse-me o Comandante que com efeito querendo tratar de sua catequese, procurara a conseguira atrair alguns ao Forte e travar com eles relações amigáveis; porém, sucedendo desertar um cabo e três soldados que foram persuadir aos Índios que o que se pretendia era atraí-los e matá-los, estes ficaram receosos e não voltaram mais. O mesmo fato foi confirmado por Caduyeos, que vieram a Albuquerque durante a minha estada naquele lugar".

"Entre Coimbra e Olimpo, não encontrei um só desses Índios, que a cheia afastara das margens do rio".

"De Olimpo para cima, a navegação foi custosa, o rio enchia com muita força, o vento pouco ou nada ajudava, tinha falta de boas varas, de sorte que não foi senão no fim de oito dias que cheguei a Coimbra. Sendo o principal fim das Barcas Canhoneiras, auxiliar em caso de necessidade, a defesa deste Presídio, aproveitei as poucas horas que aí estive, para visitar a Fortaleza". As muralhas ainda estão de pé e não muito danificadas; mas o mato cresce junto a elas fora e dentro do recinto; os edifícios do interior, uns estão inteiramente demolidos, outros caindo em ruínas; a artilharia com seus reparos podres e incapazes de fazer serviço, expostos sem abrigo algum, as injúrias do tempo; nem se quer há uma Bandeira que mostre ser este um ponto Militar do Império; eis quanto ao material. Uma guarnição composta de 16 a 18 praças, incluindo os não combatentes, soldados sem fardamento, descalços, sem correame, sem comer, eis o pessoal; e tal é o deplorável quadro que oferece esta Fortaleza, nas circunstâncias atuais, o principal desta Província, e por ventura uma das mais importantes do Império. Facilíma presa seria não digo de uma expedição militar de inimigos mas de qualquer bando de salteadores que dela se quisesse apoderar. Limito-me a mencionar os fatos: quanto às causas próximas ou remotas deste estado de decadência ou de quase total abandono, e os remédios que se lhe podem aplicar, são coisas que não posso, nem me pertencem examinar.

"Cheguei a Albuquerque, no dia 21 de março, e daí participei a V. Excia. os motivos de minha demora; sai no dia 2 de abril para a Povoação de Corumbá, onde com dois dias de falha, provi-me de varas tais e tantas, quantas as desejavam, e enfim segui para esta Cidade onde sem mais demora ou novidade alguma, acabo de chegar".

"Não perdi de vista que uma das incumbências que tinha do Governo Imperial, é fazer o reconhecimento dos rios por onde tem de transitar as Barcas; e, posto que tivesse deplorável, todavia tenho colhido materiais que servirão para facilitar e abreviar o mencionado reconhecimento, como mais amplamente o farei presente a V. Excia."

"A Barca é boa embarcação, um pouco pesada, mas este defeito é vantajosamente compensado pela solidez de sua construção".

"Não faz água senão um pouco pelo convés que está levemente danificado. Não tenho experiente inconveniente algum que resultasse de sua construção ou equipamento. Se tenho gasto mais tempo na viagem do que talvez gastasse uma canoa, provem do que com as canoas anda-se freqüentemente de noite, e na estação presente, atalha-se muito pelo campo, e tanto eu como o meu piloto não julgamos prudente fazer com a barca nem uma outra coisa".

"Poucos tenho sido favorecido pelo vento, mas algumas vezes, com grande proveito, e maior fora, se o pano fosse proporcionado ás dimensões da barca; porém, atendendo á inexperiência da gente que tinha comigo, não me arrependi de a não ter mandado fazer maior. Persisto mais que nunca na opinião de que mastro, vela e aparelho devem ser mais extrema simplicidade, e a não se poder suprimir tudo em poucos minutos, seria mais nocivo que útil".

CÔNSUL GERAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Dizia o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, a 30 de março de 1841, ao Presidente da Província, Cônego José da Silva Guimarães, acerca das relações que o Governo Brasileiro, pretendia com seu vizinho Paraguaio:

"Ninguém pode melhor que V. Excia. avaliar a utilidade que resultará ao Império e a essa Província em particular, de se abrirem relações políticas e comerciais com aquela República, pois é constante que assim se dará extração a muitos dos nossos gêneros, abriremos novas comunicações pelos grandes rios e adquiriremos mais informações das riquezas que possuímos e ainda são mal conhecidas".

"O Governo Imperial pretende brevemente nomear um Encarregado

de Negócios, juntos áquele Governo, para dar impulso a esta das Nações vizinhas a respeito do Paraguai e reclamar, os escravos de Brasileiros que se sabe estarem ali retidos indevidamente há muitos anos, pelo finado Dr. Francia".

"Convirá por tanto que V. Excia. com o seu reconhecido zelo, vá preparando os meios de começar a comunicação entre os dois Estados, anuindo ao comandante do Forte Olimpo, a quem fará os obséquios possíveis, tentando mesmo, se for praticável, renovar a expedição que o seu antecessor encarregou ao Oficial da Marinha, Leverger, pois do exame de pessoa inteligente, se podem colher muitas informações topográficas e sobre a navegação fluvial".

A 14 de junho de 1841, o Imperador Dom Pedro II, nomeia o Capitão Tenente Augusto Leverger para Cônsul Geral do Império Brasileiro na República do Paraguai, com o vencimento anual de 2:000\$000 (dois contos de reis).

Já a 26 de julho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros é informado por Leverger que tinha recitado a oração fúnebre nas exéquias do Dr. Francia e que lhe parecia que o General Rosas, Ditador Argentino, pretendia ser menos restrito em embaraçar a navegação do rio Paraguai, e se tal acontecesse em consequência dos novos planos daquele General, considerava isso um fato favorável aos interesses do Império.

O CASAMENTO DE LEVERGER COM DONA IGNÊS DE ALMEIDA LEITE

Não tendo sido permitida ao Cônsul Geral Leverger, a entrada no território paraguaio, não obstante o tratamento cortês recebido em Bourbon, pelo seu comandante, retorna a Cuiabá, aproveitando para colher preciosos subsídios hidrográficos que lhe serviriam para as suas abalizadas plantas fluviais.

Governava a Província então, o Cônego José da Silva Guimarães, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Preocupado com a instrução provincial, fundara a Escola Primaria Normal e organizara uma Tipografia para publicar as notícias oficiais. Planejava também a expansão da navegação pelos rios que levavam ao Pará.

No princípio do ano de 1842, falece em Cuiabá o comerciante Tenente José da Costa Leite, natural de Porto Feliz, com 59 anos de idade, deixando viúva Dona Ignês de Almeida Leite, com a qual tivera sete filhos, Ricardo da Costa Leite de Almeida, Francisco da Costa Leite Falcão, Bento José da Costa Leite, Ignês Aurélia da Almeida Leite, Mariana

da Costa Leite, Manoel João da Costa Leite e Felicíssimo da Costa Leite.

Provavelmente o casal que pertencia á melhor sociedade cuiabana, cultivava relações de amizade com o oficial francês que já há anos estava aqui radicado e assim a pura e respeitosa simpatia que este dedicava a Dona Ignês, transformou-se num sentimento de grande amor, aliado ao interesse natural de proteger a viúva com tão numerosa família.

O Diácono e Escrivão da Câmara e Auditório Eclesiástico, Padre Antonio da Costa Vianna, transcreveu o assento de casamento de Leverger e Dona Ignês, registrado no Livro dos Assentos dos Casamentos de Pessoas Livres, em 1842:

"Aos vinte e cinco de Outubro de mil e oitocentos e quarenta e dois anos, às vinte horas da noite, no Oratório do Palácio das Casas e Residências do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano José Antonio dos Reis, em presença do mesmo Senhor e das testemunhas o Major Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça e o Tenente Luiz da Fonseca e Moraes receberam-se em Santo Matrimônio, com palavra de presentes na forma do Sagrado Concilio Tridentino, o Capitão Tenente da Armada Imperial Augusto Leverger natural de França, nascido em 30 de Janeiro de mil oitocentos e dois, filho legítimo de Marthurin Mighel Leverger e de Regina Joanna Marley, e Dona Ignês de Almeida Leite nascida em 01 de Junho de mil e oitocentos, viúva do Tenente José da Costa Leite de Almeida e para constar este assento que assignam Manoel Gomes de Faria, Cura da Cathedral, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, Luiz de França e Moraes".

Era a esposa do futuro Barão de Melgaço, filha do Capitão Bento de Toledo Piza, da estirpe dos audazes bandeirantes e de Dona Mariana de Assunção, sendo cunhada do Capitão Antonio Correa da Costa que governou Mato Grosso num período turbulento.

Senhora de raras virtudes, dedicou profundo afeto ao seu ilustre marido, cuidando que visitas fúteis não o importunassem, proporcionando-lhe sempre um ambiente de tranqüilidade para seus estudos, onde só eram recebidos os amigos íntimos ou as pessoas cultas, cientistas ou viajantes que por ventura chegassem à Província.

Desse lar, diz Estêvão de Mendonça, o mais levergiano dos historiadores mato-grossenses:

"Ali, ao lado dos livros prediletos, dos numerosos manuscritos, cercado pelo carinho da família, fez ele o centro de sua poderosa atividade cerebral, estudando os nossos complicados assuntos de limites, coordenando notas e observações astronômicas, traçando os detalhes da carta geográfica da província e escrevendo a maior parte

dos interessantes e valiosos trabalhos que deixou sobre Mato Grosso".

Também Bartholeomeo Bossi, autor de "Viagem Pitoresca" obra editada em Paris, no ano de 1863, contendo preciosas descrições artísticas de Mato Grosso, diz:

"O Senhor Leverger possui conhecimentos profundos das ciências exatas e os tem mui valiosos acerca do País em que reside. Vive retirado com sua esposa, uma senhora respeitável do lugar e habita uma quinta nas margens do rio Coxipó a uma légua da capital, aproveitando do silêncio aprazível, de que ali goza, para auxiliar os grandes trabalhos que o preocupam e que constituirão um presente valiosíssimo para as ciências e um relevante serviço para a sua Pátria adotiva".

MISSÃO VITORIOSA DO DIPLOMATA LEVERGER

Capitão de Fragata, desde 23 de julho de 1842, Augusto Leverger, consegue finalmente, no final de 1843, chegar a Assunção e falar ao Ministro da Repartição dos Negócios Estrangeiros da República do Paraguai, levando-lhe ofícios do Presidente da Província de Mato Grosso, Zeferino Pimentel Moreira Freire, sendo tratado com toda a distinção e hospitalidade não só da parte do mesmo Governo, como do povo paraguaio.

Leverger, informa então, o que viu e se passou nas conferências que teve em Assunção, com os Cônsules e mais pessoas notáveis daquele país, bem como urbanidade, o acolhimento e providências que lhe foram prestados, embora alguns pequenos senões, como a respeito do passaporte que não consideraram suficientes, não obstante a carta do Presidente de Mato Grosso, fazendo com que este confessasse que "o governo do Paraguai, pouco melhorou do seu antigo sistema de administração, suas desconfianças continuam e mostram pouca simpatia em relacionar-se com o Império..."

O êxito de Leverger em sua comissão, causa euforia no Rio de Janeiro, embora advirta que "deve haver-se com muita habilidade e obter sempre com astúcia, a fim de não despertar a menor desconfiança a nosso respeito, ou a suscetibilidade de um Governo pouco ilustrado e que segue o rasto dos jesuítas".

Essa importante comissão tinha em vista três pontos essenciais: primeiro, conseguir as relações de amizade entre o Brasil e a República do Paraguai, que desde o ano de 1826 se solicitava sem resultado algum; segundo, procurar ter noticia de um país inteiramente desconhecido e do nada que se sabia dele; terceiro, cumprir as ordens

do Imperador, que recomendava ao Governo de Mato Grosso ser do seu real agrado, todos os atos de amizade que as Autoridades desta Província praticassem com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai, a fim de se manter a boa inteligência e harmonia que felizmente subsistia entre o Governo Imperial e as referidas Repúblicas.

Em fevereiro de 1844, o Capitão de Fragata retorna a Cuiabá, onde é recebido com alegria pelos seus habitantes e por Zeferino Pimentel, que escreve ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que o "ingresso de Leverger naquela República foi de muita vantagem pelos conhecimentos que adquirimos do estado limítrofe e por ser o primeiro estrangeiro depois do Encarregado dos Negócios da Inglaterra que penetra até a Capital de Assunção".

Entrega ao Presidente de Mato Grosso um precioso relato de suas impressões sobre o Paraguai, sua gente e sobre tudo sua situação política, cumprindo, desta forma o que dissera ao receber sua investidura como Cônsul Geral do Império Brasileiro na República do Paraguai:

"...farei quanto em mim couber para suprir pelo zelo a falta das qualidades que desejara possuir para dignamente satisfazer a expectativa do Governo Imperial".

A SAGRAÇÃO DOS BISPOS PARAGUAIOS

Da Carta do Bispo da Diocese de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, que Leverger levou ao Vigário Geral de Assunção, resultou uma troca de cortesia que culminou com um fato singular: a viagem a Cuiabá em 1844, de dois Bispos eleitos do Paraguai a Cuiabá, com o fim de serem sagrados pelo nosso Bispo.

Avisado desse acontecimento, o Presidente Gomes Jardim que governava a Província desde setembro de 1844, mandou ao encontro dos ilustres viajantes, numa Barca Canhoneira, o ajudante de ordens do Comando das Armas, a fim de os cumprimentar e os acompanhar na subida do Rio Cuiabá. A Barca que era escoltada por duas grandes canoas com toldos, saía daqui a 23 de junho.

O encontro teve lugar no rio Paraguai, pouco acima da Missão de Albuquerque, residência do Comandante Militar da Fronteira, que lhes mandou fazer e também quando passaram pelo Forte de Coimbra, todas as continências que se usavam para os Bispos brasileiros em suas Dioceses.

Durante o resto da viagem, foram os Bispos Paraguaiois obsequiados de toda a forma enquanto ofereciam-lhes "os refrescos da região".

Aportaram em Cuiabá, pela manhã do dia 20 de agosto, e o Presidente da Província com a oficialidade da Guarnição, os empregados públicos e mais pessoas notáveis, os aguardavam a porta da Catedral, ao lado do nosso Bispo Diocesano, que entoou em seguida o hino Te-Deum, achando-se a Igreja esplendidamente preparada.

Dom José hospedou em sua casa, Dom Marcos, Bispo de Rétimo e seus domésticos. Quanto ao Bispo Dom Basílio, irmão do Presidente Paraguaio que chegara adoentado, o padre secretário, alguns minoristas, inclusive o oficial que os acompanhava, um sargento e dez soldados, foram hospedados em casas particulares, que o Governo de Mato Grosso, mandara alugar, pois havia absoluta falta de cômodos no Palácio. A despesa com tudo isso, orçou em quatrocentos e trinta réis, sem mencionar o jantar oferecido no dia da Sagração, pelo Presidente Provincial aos Bispos Paraguaios e a todas as Dignidades Eclesiásticas, bem como aos Oficiais Superiores, funcionários públicos e outras pessoas gradas e que foi ás expensas do seu próprio bolso.

Foram dias memoráveis, esses em que a Igreja associava-se ao governo, para selar a tão sonhada amizade com o povo do Paraguai, iniciada pela diplomacia de Leverger, não obstante penúria dos cofres provinciais, tanto que Gomes Jardim diz ao Ministro e o Conselheiro Antônio Paulino Limpo de Abreu, esperar fosse indenizado do que gastou.

"...pois não fazemos tais obséquios se não por considerações políticas e em virtude das recomendações do nosso Encarregado de Negócios no Paraguai visto que não pode este, onde o preço dos gêneros de importação e dos de beira mar excede ao quántuplo do que eles custam nas Cidades do Litoral".

A BARCA CANHONEIRAS: LEVERGER REGRESSA DA CAPITAL DO PARAGUAI

Zeferino Pimentel, recebe o relato dessa viagem feita precipitadamente, para aproveitar o primeiro gesto de amizade do qual poderia resultar a abertura da Fronteira Brasil-Paraguai, proveniente que era da atenção com que o Comandante daquele país, recebera um Sargento nosso, no Forte Olimpo.

Escrito já em Cuiabá, a 2 de fevereiro de 1844, não dá Leverger maior importância aos trabalhos que passou em pleno período das águas, numa péssima embarcação, em rios caudalosos e cheios, onde havia permanentemente o risco de naufrágios além da possibilidade de ser

preso em terra estrangeira, hostil e quase desconhecida, onde entrou sem nenhuma proteção, além do respeito que inspirava sua figura altiva.

Sua forte personalidade aliada a sua índole patriótica e cristã, induziam-no a qualquer sacrifício, a fim de fomentar a amizade entre o povo mato-grossense e seus vizinhos paraguaios, e transparece na descrição que de sua estada em Assunção e da viagem de regresso, fazendo menção porém, a outros relatórios (topográficos das nossas fronteiras e de análise política e psicológica dos governantes paraguaios) que oportunamente apresentaria. Vejamos o da viagem de regresso da Capital do Paraguai, governado a essa época pelos Cônsules, Dom Carlos Antonio Lopes, cujo filho Francisco Solano Lopes seria o célebre Ditador e Dom Mariano Roque Alonso:

Chegando a esta Cidade de volta da República do Paraguai, venho como me cumpre, dar a V. Excia. conta da minha viagem e da comissão que V. Excia. houve por bem me incumbir. No meu ofício sob nº 03 e data da Vila da Conceição, 24 de novembro, participava a V. Excia. que pretendia sem demora seguir viagem, assim o fiz e no dia 27 pelas 9 horas da noite cheguei á Cidade de Assunção. O prático, ou guia que me deram na Conceição, era Sargento de Lanceiros: aportou com a Canoa junto ao Quartel do seu Corpo onde fui atenciosamente hospedado pelo respectivo comandante e pelo Capitão do Porto que logo se mandou avisar. Voltou este no dia seguinte pela manhã cedo para conduzir-me ao aposento que para mim mandara preparar o Governo, prevenido da minha vinda por um expresso enviado pelo Comandante da Conceição e cuja chegada de poucas horas procedera a minha. Levou-me com efeito a uma excelente casa decentemente mobiliada e provida de serviço de mesa, serventes e quanto podiam precisar. Achei, também aí cômodo para a tripulação da canoa e a conveniência de ter a mesma canoa por assim dizer á porta da casa. Significou-me, de ordem superior, o mesmo Capitão do Porto, que naquele dia ou no seguinte podia a hora que conviesse apresentar-me ao Governo sem ser preciso pedir audiência nem mais formalidade. Pelas 10 horas desse mesmo dia (28) fui ao Palácio e fui introduzido em uma sala onde estavam os dois Cônsules sem acompanhamento algum. Acolheram-me com afável semblante: expus o motivo da minha vinda e entreguei o ofício de V. Excia. Aí demore-me perto de meia hora e do que se passou miudamente informarei a V. Excia. com outro ofício. Basta por ora dizer que o Primeiro Cônsul deu-me a entender que o meu ingresso até Assunção fora consentido pelos Comandantes dos diversos pontos onde passei, por terem os mesmos Comandantes, mal entendido as ordens do Governo que exclusivamente

diziam respeito a portadores de despachos diplomáticos; acrescentou que contudo, mandaria responder ao ofício de V. Excia e que eu podia com toda a liberdade demorar-me o tempo que quisesse e como lhe respondi que uma vez cumprida a minha comissão, pretendia demorar-me tão somente o tempo preciso para algum conserto de que precisava a canoa, disse que ia dar ordem para que se fizesse no Arsenal da Marinha. Ofereceu-me os papéis impressos, que junto remeto a V. Excia. a saber: Ata da Independência - El Pabellon Nacional - Mensage Del Gobierno e Decretos Del Congresso; e previno a V. Excia. que esses papéis foram enviados ao Governo Imperial. Pela manhã do dia 29 fui ver a canoa da qual havia tomado conta a Mestrança da Ribeira: o lado em que se estava trabalhando parecia em crivo, tanta era a madeira podre que tinha saído. Quase me arrependi de haver dado motivo de meter-se mão a obra; e como os mestres carpinteiros e calafetes tinham ordem de fazer o que eu mandasse, entendi-me com eles para que calafetassem o que estava aberto, mas não se tocasse no outro lado senão em alguma parte nimianmente podre; determinei mais alguma obra de carpinteiro que julguei necessário, o que tudo se executou.

Pareceu-me tanto mais atencioso este proceder do Governo quanto já não me pareceu necessário, ou para melhor dizer, não me ofereceu ocasião de falar disso na conversação que tive com o Primeiro Cônsul. Na madrugada de 17 segui para Olimpo, onde cheguei ao anoitecer de 23, no dia seguinte só demorei-me o tempo preciso para carregar uma porção de mantimento que tinha ali deixado quando descí. No dia 29 pernoitei em Coimbra e pela manhã de 30 segui para Albuquerque, encontrei com a parada que ia a Olimpo levar o ofício que V. Excia. dirigiu-me a dezembro. No mesmo dia 1º de janeiro cheguei a Albuquerque, onde me demorei dia e meio para procurar e ajustar um prático do campo a fim de evitar a (nesta estação) longa e penosa navegação dos rios S. Lourenço e Cuiabá. De pouco me valeu: O S. Lourenço estava cheio, mas não tanto que permitisse a canoa sair dentro do rio Cuiabá (Uacurutuba) e ainda na primeira tentativa de entrar no campo, perdeu-se um dia de excessivo trabalho e para voltar ao rio foi preciso cavar o chão e arrastar a canoa descarregada. Desde Coimbra as chuvas foram muitas e fizeram-me perder quase diariamente horas e horas de marcha. Apesar disto a viagem foi mais breve do que era de esperar nesta estação. Esta verdade deve-se em grande parte aos esforços da tripulação que não tem tido descanso senão o indispensável para reparar suas forças. Sendo possível, rogaria a V. Excia. mandasse gratificar as praças da mesma tripulação com alguns mil réis e alguns dias de licenças.

Da canoa nada disse a V. Excia. na ocasião em que embarquei, nem em meus ofícios anteriores a este e continuaria no mesmo silêncio se não tivesse de referir o modo obsequioso com que se houve o Governo do Paraguai a este respeito. E como se pode supor que a ruindade da canoa previu de alguma avaria acontecida na viagem, cumpre-me declarar que saí daqui com o casco em péssimo estado, pessimamente preparado e desprovido de umas tantas coisas das mais necessárias.

Com este e os mais ofícios que juntamente remeto a V. Excia. julgo nada ter omitido de que me cumpre participar. Em todo o caso, procurarei suprir de viva voz o que V. Excia. achar deficiente.

Aberto fora o caminho diplomático por Leverger, a mando do Presidente Zeferino Pimentel, quando este é informado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que o Cargo de Encarregado de Negócios do Império, fora anexado ao de Cônsul Geral, sendo nomeado para o mesmo o Dr. José Antonio Pimenta Bueno que estava seguindo do Rio de Janeiro em uma Barca a vapor para o porto de Rio Grande, cidade marítima do Rio Grande do Sul e de lá diretamente para Assunção por Itapuã, onde representaria o Império Brasileiro na República do Paraguai.

DOM SEBASTIÃO RAMOS

Em junho De 1846, Gomes Jardim, cumprindo determinação do Governo Imperial, faz seguir para Assunção, o Capitão de Fragata, Augusto Leverger, que com duas Barcas Canhoneiras, tripuladas por mais de quarenta marinheiros e soldados, tendo como oficial imediato, um Capitão de 1ª Linha, iria prestar colaboração a Pimenta Bueno.

Na mesma época, surgiram numerosos incidentes na região do Jaurú e Guaporé, onde um forte fazendeiro boliviano que se dizia Coronel da Guarda Nacional, à frente de um grupo de gente de todo o tipo, incluindo soldados e peões, escravos e foragidos, fazia freqüentes incursões e correrias em nosso território, espalhando medo e inquietação entre a população fronteiriça.

Chamava-se Dom Sebastião Ramos e era possuidor das Grandes fazendas nas salinas de Jaurú, em São Romão de Mato Grosso, alegando Tratados antigos que julgava favoráveis ao seu país. Possuía um temperamento agressivo e audacioso tendo chegado a invadir certo dia, o pequeno destacamento das Onças no Descalvado de onde levou dois soldados desertores e mais um civil que estavam presos, para aumentar seu bando e agredir nossas autoridades.

Os boatos eram os mais alarmantes possíveis e o Governo Imperial

sendo avisado, decidiu imediatamente que o Capitão de Fragata, Augusto Leverger, se deslocasse em patrulha permanente, pelo Rio Paraguai, dando maior atenção, entre o Porto de Descalvado até o Lago Gahiba, pois chegou-se a pensar que havia probabilidade de pretenderem os bolivianos, a navegação inamistosa pelas nossas águas.

Leverger, impondo respeito com sua filosofia, acabou contornando tais fatos desagradáveis e mais ainda, como observador cauteloso que era, descobriu enquanto fazia observações hidrográficas, que a grande força boliviana que diziam estar acampada na Corixa, domínio de Dom Sebastião Ramos, não passava de seis ou oito soldados e mais algumas famílias que se ocupavam a fazer roças e cuidar de gado, embora estivessem construindo disfarçadamente uma barca para lançá-la, no tempo das águas, ao Rio Jaurú.

Uma vez provado, por Leverger, que os incidentes eram provocados apenas pelo truculento fazendeiro boliviano, e sendo ele retirado para o interior do País, pelas autoridades do seu governo, cessaram os atentados cometidos em nossa fronteira e que tinham se tornado em objeto de representação e protesto do Governo Imperial ao da Bolívia.

A tranqüilidade voltou a nossa fronteira e pouco depois, dizia Pimenta Bueno que...

"...O lugar denominado Corixa Grande, outrora ocupado por forças bolivianas, hoje se acha completamente evacuado e nele estabelecido um destacamento militar composto de setenta e quatro praças comandados pelo Capitão de Cavalaria, João Antonio de Magalhães Garcez, e conforme documento assinado pelos bolivianos Lourenço Frias e José Miguel Peinado, "a união e harmonia existente, antes dos últimos acontecimentos da Fronteira, voltaram a ser fraternas..."

INFORMAÇÕES SOBRE AS MATAS DA PROVÍNCIA

Estando desde o dia 11 de Fevereiro de 1851, à frente do governo da Província, fornece Augusto Leverger ao Senador Visconde de Monte Alegre, Ministro dos Negócios do Império, informações mineralógicas, lamentando não ter encontrado pessoa alguma com conhecimentos sobre a matéria. Diz que talvez exista algum escrito aproveitável do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira que por ordem do gabinete de Lisboa viajou na última década do século XVIII pela Província e cita como a única pessoa que poderia consultar com proveito seria o Barão Virgílio Von Helmreichen que estivera aqui, antes de ir ao Paraguai.

Sobre a obtenção de madeira diz que "com quanto grande parte do

solo desta Província consta de campos e pantanais (embora denomine-se Mato Grosso), todavia os matos que cobrem em diversas partes as fraldas das suas serras ou terrenos elevados e as margens de alguns dos seus rios são bastantes numerosos e extensos para que se torne difícil senão impossível descrevê-los, ou ainda dar uma idéia geral de muitos que existem em sertões pouco freqüentados ou totalmente desconhecidos."

Preconiza como de grande utilidade para as necessidades da Província, a navegação do Paraguai e do Guaporé, rios que em parte do seu curso formam a linha divisória do Império com as Repúblicas vizinhas, sendo para isso necessário que se façam construções navais, muito embora "nas matas que em parte formam as margens do dito rio, desde que principia a ser navegável, há poucas madeiras de lei, e estas, despensas cá e lá e no mesmo caso estão os ribeirões e riachos que entram na sua margem esquerda.

Porém do lado oposto há em primeiro lugar o rio de Santa Ana que, desde a sua junção com o pequeno rio São Francisco até a barra, leva por espaço de 8 léguas, matas abundantes de madeiras de lei; estas se acham também nas margens do rio Vermelho, outro tributário do Paraguai pelo lado direito. Poucos podem por ora aproveitar estas matas por causa da grande distancia em que está de Vila Maria, primeira povoação um tanto importante que se acha descendo o rio desde a Vila de Diamantino. Na proximidade porém da dita povoação estão as barras do Sepotuba e do Cabaçal, que igualmente afluem pelo lado direito e correm ambos por matas ricas de madeiras de construção e que se estendem até prenderem-se à grande floresta, donde esta Província, tirou o seu nome. O ultimo rio que deságua no Paraguai, pela margem direita é o Jaurú que na sua parte inferior corre por terrenos alagadiços, pouco povoados de madeiras aproveitáveis, mas não assim remontando para as suas cabeceiras. Todas as mencionadas matas existem em terrenos devolutos. Da foz do Jaurú para baixo corre o Paraguai e poucas são as madeiras de lei que vestem as suas margens. O primeiro rio que lhe entra na margem esquerda é o São Lourenço, também destituído de matas de alguma importância na sua parte inferior, bem como o Cuiabá, seu principal tributário. Nos terrenos firmes e inacessíveis a inundaçào, regada pelo dito rio Cuiabá há muitas matas de que se pode tirar partido, ou antes havia-os, por quanto sendo esta a parte da Província, onde mais aglomerada está a população, as necessidades da lavoura e das construções tem feito com que, em muitos lugares, os matos se achem mais ou menos afastados da beira do rio e haja neles grandes clareiras.

Estes terrenos são pela maior parte Sesmarias: "creio porém que nem todas têm títulos bem confirmados e que umas tantas não foram devidamente medidas".

Leverger informa também sobre a qualidade das matas que hoje pertencem a Mato Grosso do Sul e preocupa-se com a defesa da ecologia, surpreendendo os que pensam ser a defesa das matas das nascentes, da ecologia enfim, um assunto atual. Assim escreve que precisa saber mais a respeito da legislação florestal e que "ao meu ver, só depois da execução da nova lei sobre as terras é que se poderão tomar medidas eficazes, sem prejuízo do Estado e sem inútil gravame dos particulares."

Como na época, o governo tomara medidas acerca das matas do Cabaçal e do Sepotuba, onde não permitia tirar madeiras de lei sem licença da Presidência, pretende Leverger estender tais medidas, com "justiça e equidade" a outras regiões, atendendo as reais necessidades do serviço público e das povoações e estabelecimentos particulares e não consentir jamais que nas matas reservadas se façam roças e tomando-se além destas, todas as possíveis precauções para que as mesmas matas não sejam devastadas pelo fogo". (Palavra de Leverger há 129 anos)

PRIMEIRO GOVERNO DE LEVERGER

Ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, lamenta dizer que nossa gente dá armas de fogo, pólvora e munições aos Índios Cadieus e depois compra lhes o produto dos roubos. Não possui Leverger, opinião muito favorável sobre esses índios de quem diz que em caso de guerra, ou combate, costumam tomar parte na ação só depois de delineada a vitória, ficando então com os vitoriosos, sejam brasileiros ou não. Diz entender que tanto pelo lado da conveniência como pela da humanidade, deverá haver o maior empenho em aprisionar índios adultos, que sendo bem tratados e permanecendo entre nós tempo suficiente para aprender nossa língua, nos pudessem servir de intérpretes e mediadores, reenviando-os entre os seus, e fazendo-os acompanhar de Bandeiras com o fim de convencê-lo das nossas pacíficas intenções e superiores forças.

A propósito cita um fato acontecido em 1821, quando um grupo de Índios Bororos acossados por uma Bandeira, viu-se cercada em um capão; resistiu em quanto não lhe faltaram flechas. Reduzidos a três indivíduos, estes se lançaram em uma Bahia que procuraram atravessar

a nado. Porém, perseguido por outros inimigos, as piranhas, espécie de peixe que povoa as águas de Mato Grosso e que em poucos minutos reduz a esqueleto o corpo em poucos minutos quadrúpede, força lhes foi entregarem-se. Foram levados á presença do Comandante do Distrito que era o Comandante, João Pereira Leite, que os tratou com brandura, deu-lhes brindes e significando-lhes suas boas intenções para com eles, deixaram-nos ir, em paz. Os índios prometeram voltar dali a três meses, e foram fiéis a essa promessa, voltando muitos companheiros e nunca mais cometeram hostilidades. Ao Ministro Visconde de Monte Alegre, reclama que tendo sido criada a linha de correio que segue pela nova estrada de São Paulo para esta Província, os estafetas que passavam por Goiás, não traziam nenhuma carta, pelo que pede para desativar esse serviço, onde empregam até 21 praças, que viajavam de 10 em 10 dias e que faziam falta em outros lugares.

É também nesses primeiros dias de governo que com o pús vacínico, enviado pela Corte em tubos capilares, consegue-se pela primeira vez em Mato Grosso que oito dos vacinados tivessem vacina regular, com o que se elevou logo no mês seguinte para 110, o número de pessoas vacinadas. Dá Leverger, ordem para que sejam vacinados os Praças de Linha, os da Companhia de Imperiais Marinheiros e os Aprendizes Menores do Arsenal, oficiando também a Câmara Municipal da Capital para que convide seus municípios a fazerem o mesmo.

Nenhum governante mato-grossense escreveu em ofícios ou relatórios, mais que Leverger, que nos dá um retrato completo e lúcido da nossa Província, sem procurar bajular ninguém, nem esconder nada.

RECRUTAS DA PROVÍNCIA - FAZENDA NACIONAL DA CAISSARA COMENDADOR HENRIQUE JOSÉ VIEIRA

Em 1851, Leverger observa que é a Província de Mato Grosso que mais contribui para a defesa do Território Nacional tendo em vista que contando com uma população livre (excluindo índios e escravos) de 22.00 habitantes, apresentaram-se 529 recrutas do ano de 1841 a 1847, ou seja, 1 recruta em cada 42 habitantes. Faz um estudo interessante quando compara nossa Província com Santa Catarina que de 384 habitantes, contribui com 1 recruta; Goiás e em 315; Espírito Santo 1 em 63; Paraíba 1 em 158; Rio Grande do Norte 1 em 480 e Pará 1 em 188.

O quadro comparativo, copiado na íntegra do expedido ao Ministro do Império, Senador Visconde de Monte Alegre a 13 de maio de 1851 e

que além dos citados números de recrutas do Exército Nacional, ainda apresenta a receita e despesa de Mato Grosso e de outras Províncias.

Ao Ministro da Fazenda, informa sobre a Fazenda Nacional da Caissara, fundada em 1783, pelo Capitão General Luiz Albuquerque, para criação de gado, foi por muito tempo o mais próspero estabelecimento deste gênero existente nesta Província. Possuía, ela vinte e tantas mil cabeças de gado vacum, e era fonte não pequena de rendimento não só pelo valor da carne com que abastecia os distritos de Vila Maria, Mato Grosso e mesmo desta Cidade, como pelo gado que se dava em pagamento a diversos credores do Estado. Mais ou menos em 1830 a decair e "hoje" (1851) está por assim dizer completamente aniquilada, sucedendo que deixaram embravecer o gado velho ao mesmo tempo em que se alienava o gado novo e deve-se também a uma episodio que afligiu esta Província nos três ou quatro anos subsequente ao de 1840.

Convencido do proveito que resultaria a Nação restaurar a Fazenda, cujos pastos reputava excelentes e que ainda oferecia a vantagem de estar cercada em quase todo a sua extensão pelos rios Paraguai, Jaurú e Cabaçal, manda comprar quinhentas novilhas e recomenda ao Comandante de Vila Maria que promovesse com esmero o crescimento da mesma Fazenda. O gado importa em 1:500\$000, reis (um conto e quinhentos mil reis), e foi tirada da verba não gasta de 6:000\$000, destinada para as despesas da administração das Fazendas Nacionais.

Falecendo o Diretor Geral dos Índios, indica para o cargo ao Governo Imperial, o negociante Henrique José Viera, o mesmo que emprestara á Província, avultada quantia em dinheiro, sem juros, acudi-la em quanto não chegasse a verba do Império e diz dele o seguinte:

"é moço, nasceu na Província do Rio de Janeiro e criou-se nesta, onde há poucos anos casou-se depois de ter herdado de seu pai uma das mais consideráveis fortunas desta Província. Tem sido por vários Antecessores meus, nomeado Oficial Superior da Guarda Nacional e até proposto para Vice-Presidente. Exerceu durante bastante tempo e a inda presentemente exerce o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos com uma inteireza e atividade que lhe mereceram elogios oficiais do meu imediato predecessor nesta Presidência. Na carência de especiais conhecimentos literários e Jurídicos applicou-se com inteligência e afan ao estudo do Direito positivo para livrar-se quando for possível da prisão de um assessor".

Este zelo pouco comum entre as pessoas daqui que se dedicam ao comércio faz-me crer que o dito Vieira faria esforços iguais para dignamente desempenhar o cargo de Diretor Geral dos Índios que sem dúvida ainda mais estimularia o seu amor próprio.

QUADRO

Províncias	População Livre (a)	Renda Geral Interior (b)	Despesa Provincial (c)	Contribuição de cada Individuo Livre			Recrutados de 1841 a 1847 (d)	Relação do Número de Recrutados com a População Livre
				Geral	al Prov.	Total		
Para	160.000	71.338\$000	184.711\$000				850	1 em 188
Rio Grande do Norte	131.000	8.830\$000	57.800\$000	444	1\$154	1\$598	273	1 em 480
Parahyba	151.000	28.410\$000	110.749\$000	68	441	509	959	1 em 158
Espirito Santo	28.000	15.490\$000	46.450\$000	188	733	921	442	1 em 63
Goyaz	68.000	10.750\$000	72.168\$000	554	1\$660	2\$214	172	1 em 315
Santa Catharina	66.000	32.186\$000	84.385\$000	158	1\$6061	1\$219	172	1 em 384
Soma	604.000	167.004\$000	556.263\$000	448	1\$278	1\$726	2.868	
Termo Médico de 6 Províncias					1 em 211
Mato Grosso	22.000	18.310\$000	41.968\$000					1 em 42

a) Mappa que acompanha o Relatório do Exmo^o Sr. Ministro do Império de Janeiro de 1850.
 b) Livro do Orçamento da Receita e Despesa Geral do Império para o ano de 1850-1851.
 c) Leis Provinciais respectivas e Relatórios de 1849-1850.
 d) Tabela lida pelo Exm^o Sr. Ministro da Guerra na Câmara dos Srs. Deputados em uma das Sessões de 1850.

Quadro estatístico feito de próprio punho por Augusto Leverger no primeiro ano do seu Governo enviada ao Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre em 13.05.1851.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS. Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante. Ed. 1996-Cuiabá, MT.

FERREIRA, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus Municípios. Ed. 2001

MENDONÇA, Estevão de. Datas Mato-grossenses 2º ed. 1873.

MENDONÇA, Rubens de. Dicionário Biográfico Mato-grossense. 2ª Ed. 1971.

JORNAL

O Estado de Mato Grosso, ano XLI, número 24 de janeiro de 1980.

Foto na primeira página com a Exposição "Centenário da Morte de Augusto Leverger, Barão de Melgaço" no Salão Nobre do Palácio Paiaguás.

Arquivo Público de Mato Grosso, Latas de Documentos Originais, 1830 a 1851.

Arquivo Público de Mato Grosso, Revista do Arquivo Público de Mato Grosso- 1982/3- vol.2, Semestral, Inventários do Período Imperial- Inventariado Manoel João da Costa Leite, Inventariante Ignês de Almeida Leite.

Inventariada Ignês de Almeida Leite (Baronesa). Inventariante Barão do Melgaço- ano 1866, maço 08 A, Processo 122. (Contém a certidão de seu casamento com Augusto Leverger e seu testamento escrito em 1856).